

das matrizes do espólio cerâmico recolhido, respectivamente, no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir. Segue-se um conjunto de estampas, com os registos gráficos obtidos durante as escavações e prospecções, onde se incluem mapas com a distribuição de sítios. Finalmente, escolheram-se para ilustração algumas fotografias, com particular incidência sobre imagens obtidas durante as escavações realizadas nos referidos castelos.

2. Sinopse sobre a investigação na arqueologia do período islâmico

Durante muitos anos, a noção de Idade Média formulou-se em estreita vinculação com a reflexão nostálgica sobre a crise e desaparecimento do Império Romano. Inutilmente se determinavam datas precisas para o seu início: morte de Teodósio, em 395; liquidação do Império do Ocidente por Odoacro, em 476. Porém, já a partir da tese de Henri Pirenne (1937) se propunha que as invasões germânicas não tinham modificado a herança sócio-económica do Império, pois teria sido com os Árabes (séc. VII/VIII) que essas alterações se teriam verificado. Hoje, continua a questionar-se a existência, ou não, de grandes alterações, tanto socio-económicas como técnico-culturais, para os séculos que medeiam entre o período tardo-romano/paleocristão e o muçulmano. Como muito bem refere Hauschild, “o fim do Império Romano, com todas as suas consequências, tanto no âmbito social como no religioso e no artístico, deve-se a muitos factores que, nas fontes históricas, nem sempre são de fácil apreensão em toda a sua complexidade”(HAUSCHILD, 1986: 150).

A primeira fase da nossa Idade Média corresponde, de um modo geral, ao período compreendido entre o estabelecimento dos Bárbaros na Península Ibérica e a época de formação do Reino de Portugal. Este período, designado genericamente por Alta Idade Média, pode interpretar-se “como sendo um tempo de recuos, de tacteamentos, de mudanças, de estagnações e de alguns fôlegos decisivos para os tempos seguintes. Historiograficamente, é uma época muito obscura, uma verdadeira Idade Média, para cujo conhecimento a História de Arte e a Arqueologia têm contributos fundamentais” (ALMEIDA, 1986: 7).

Se, por um lado, nos inícios da Alta Idade Média, paleocristã e visigótica, podem ter-se observado alterações económicas pouco marcantes no Centro e Sul da Península, por outro lado, a partir do século VIII, com o processo de islamização, verificaram-se duas realidades políticas e culturais distintas: a Alta Idade Média e formação dos primeiros reinos cristãos no Norte da Península; o estado muçulmano de al-Andaluz, com relativo poder centralizador a partir de Córdoba.

No entanto, como salienta Llobregat (1985: 383), a partir da Baixa Romanidade

a evolução homogénea interna da Península não terá sido quebrada, nem sequer pelos primeiros momentos da islamização em inícios do século VIII. De facto, a partir dos resultados arqueológicos obtidos nos últimos anos no actual território espanhol que esteve sob domínio muçulmano, parece ser cada vez mais perceptível não ter existido uma ruptura total a partir de 711: as evidências arqueológicas têm mostrado, na maior parte dos casos, uma certa continuidade cultural que a pouco e pouco se mistura, conforme as regiões, com as novas manifestações técnico-culturais, principalmente a partir dos séculos IX/X. No entanto, concretamente para o nosso País, são ainda muito reduzidos os resultados arqueológicos que permitam um razoável conhecimento sobre os momentos de transição entre a Antiguidade tardia/Alta Idade Média e o processo de islamização que termina com a conquista definitiva do Algarve nos finais da primeira metade do século XIII.

Recuando no tempo até ao século XIX, foi apenas com o Romantismo que nasceu o gosto das tradições medievais. Tanto na historiografia como na literatura de ficção verificou-se, a partir dessa altura, uma predilecção pelos temas medievais que culmina com as obras de Alexandre Herculano. O período muçulmano começou, então, a ser também abordado, embora os estudos árabes em Portugal tenham sido sempre pouco relevantes. De salientar, a partir de finais do século, os trabalhos do arabista David Lopes, cuja obra se divide entre a investigação histórica e literária. Ao analisar a presença árabe nas obras de Alexandre Herculano ou no seu capítulo sobre o domínio árabe na *História de Portugal* (ed. de Barcelos, 1928), contribuiu para um melhor conhecimento do período muçulmano em Portugal.

Do gosto pelos estudos árabes, e da preocupação estética da História de Arte, advém o primeiro cuidado pela recolha de vestígios de época muçulmana. A Arqueologia foi igualmente impulsionada, com o papel relevante de Leite de Vasconcellos, que funda em 1893 o Museu Etnológico e, em 1889 e 1895, a *Revista Lusitana* e o *Archeologo Português*. Surgem, igualmente, a partir desta altura, os estudos sobre toponímia, numismática e epigrafia árabes, bem como as primeiras referências a achados avulsos de objectos cerâmicos, recolhidos, principalmente, no Alentejo e no Algarve.

A partir de finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX verificou-se, do mesmo modo, uma preocupação pelos estudos regionais, resultando em várias monografias, de carácter mais ou menos erudito, onde se denotava um certo cuidado em incluir vestígios atribuíveis ao período árabe, designadamente inscrições lapidares. É neste contexto que se integra a obra de Atháide de Oliveira, o qual se dedicou a compilar várias lendas de mouras encantadas e efectuou diversos estudos regionais sobre o Algarve, dos quais se destacam as várias monografias de cidades e vilas desta região.

O marco fundamental para os estudos arqueológicos algarvios surge com o trabalho pioneiro de Estácio da Veiga. Incumbido oficialmente de proceder ao reconhecimento de alguns restos de monumentos antigos que as chuvas haviam em 1876 posto a descoberto no Baixo Alentejo e no Algarve, elaborou em 1880 um estudo monográfico sobre Mértola intitulado *Memórias das Antiguidades de Mértola* e iniciou a carta arqueológica do Algarve.

No trabalho sobre Mértola, onde apresenta um capítulo intitulado *Epocha Arabe*, levanta questões pertinentes sobre as muralhas e a ponte romana sobre o Guadiana, a qual se tornaria o *terminus* da couraça islâmica que ligava a muralha da medina ao rio. De entre os vestígios compilados, recolhe inscrições, designadamente uma retirada do lado leste da torre e outra sobre a porta da torre. Refere a pobreza de estudos sobre cerâmica islâmica e critica o facto de apenas se estudarem os objectos de luxo e se esquecerem as “louças que deveriam ser comuns nos usos da vida doméstica, que são, a meu ver, as que mais conviria colligir todas as vezes que os seus próprios fragmentos se manifestassem em condições propícias ao estudo...” (VEIGA, 1983, ed. fac. simil.: 162). Em escavações efectuadas em 1877, próximo da porta do cemitério, recolheu igualmente cerâmicas vidradas cor de mel e verde escuro com decoração estampilhada.

Para o Algarve, não chegou, infelizmente, a compilar nenhum trabalho dedicado ao período muçulmano. Contudo, levou a cabo um estudo de reconhecida qualidade para a época e procedeu, inclusivamente, a escavações arqueológicas, designadamente no concelho de Alcoutim (Montinho das Laranjeiras e Álamo). Os resultados do seu trabalho no Algarve foram amplamente compilados numa obra de vulto em quatro volumes, com o título *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistóricos* (VEIGA, 1886, 1887, 1889 e 1891).

O interesse pelos temas correspondentes ao período árabe leva a que, em 1892, se realize em Lisboa o *Congresso Internacional de Orientalistas*, destacando-se um trabalho sobre a cidade de Silves. Mas o papel divulgador da Arqueologia, onde se nota mais a preocupação em referir achados do período medieval islâmico, cabe a várias revistas entre as quais são de salientar, em primeiro lugar, *O Archeologo Português* e, a partir de 1944, o *Arquivo de Beja*.

Os estudos de Numismática árabe efectuados a partir da última década do século XIX devem-se principalmente aos investigadores espanhóis A. Vives e Escudero que publicam em 1893 a obra *Monedas de las Dinastias Árábigo-Espanólas*; em Portugal, os primeiros trabalhos foram realizados por David Lopes (1895: 97-103), no que se refere a algumas moedas recolhidas no Algarve, e por Manuel F. de Vargas (1907: 1-22; 1914: 195-200; 1915: 174-288), que publica

alguns materiais para o estudo das moedas árabes encontradas em Portugal. Leite de Vasconcellos publicou, em 1895, o achado de moedas de S. Brás de Alportel, guardado dentro de uma panela de barro (VASCONCELLOS, 1895: 301-310). Mais tarde, José de Carvalhaes (1911:108) publica também moedas árabes provenientes dos concelhos de S. Brás de Alportel e de Loulé. Já em meados deste século, os estudos de Numismática continuaram com Figanier (1949 e 1959), a quem se deve o melhor inventário de moedas árabes encontradas em Portugal, que serviu de base para os estudos futuros.

Os primeiros trabalhos sobre epigrafia árabe portuguesa devem-se, igualmente, a investigadores espanhóis, designadamente a Amador de los Rios, que publicou em 1883 uma obra de conjunto, para todo o território peninsular, com o título *Memória Acerca de Algunas Inscripciones Árabigas de España e Portugal*. Em 1896, David Lopes publica inscrições de lápides sepulcrais de Beja e de Mértola (1896: 205-207). A partir de 1940, Nykl divulga inscrições árabes na revista *Al-Andalus* (NYKL, 1940: 399-410), nos *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (*ibid.*, 1941: 11-12) e na revista *Ethnos* (*ibid.*, 1942: 23-31), designadamente algumas lápides provenientes de Lisboa, Moura, Évora, Mértola e Faro, algumas conservadas no Museu do Carmo e no Museu Nacional de Arqueologia.

As primeiras referências a cerâmicas e outros achados avulsos encontram-se publicadas por Santos Rocha, Bernardo de Sá e Leite de Vasconcellos, resultantes de recolhas efectuadas no Alentejo e no Algarve. Santos Rocha (1895: 193-212) refere a existência de achados em Faro, designadamente candeias, elementos decorativos e objectos de adorno. Em 1904 publica no tomo I do *Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha* uma notícia sobre cerâmica e silos árabes encontrados em Bensafrim e Mexilhoeira Grande (1904: 20-21). Bernardo de Sá (1906: 197-201) elabora um relatório sobre cerâmica vidrada e não vidrada, de recolhas em Portimão, Silves e Loulé. Leite de Vasconcellos (1902: 119-123) descreve algumas candeias de barro, e uma metálica, encontrada na freguesia de Cacela (provavelmente na área do sítio da Quinta do Muro), próximo de uma necrópole cujas sepulturas estavam cobertas por lajes e por telhas (*ibid.*: 1900:147).

A partir dos anos 40, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciou, como se sabe, de um modo quase sempre arbitrário e pouco científico, os restauros de castelos e fortalezas medievais, acompanhados, normalmente, de grandes remoções de terras sem que se tivessem feito escavações arqueológicas prévias. Volvidos 50 anos após esta fase que destruiu, por vezes irremediavelmente, níveis arqueológicos importantes, ainda hoje, inexplicavelmente, se verifica idêntico procedimento.

Do espólio exumado durante os restauros dos anos 40, o que se encontrava

bem conservado foi depositado em arrecadações de museus, ou guardado em colecções particulares, e ainda hoje se encontra por estudar, sendo raramente possível a identificação dos locais da sua proveniência. Por exemplo, no Museu Machado de Castro (Coimbra), existem algumas caixas com cerâmicas medievais recolhidas nessa época, inclusive uma candeia muçulmana quase completa, cuja proveniência é impossível de determinar.

No *Arquivo de Beja*, têm um papel relevante os trabalhos de Abel Viana para a divulgação dos vestígios visigóticos e muçulmanos, principalmente do Alentejo. É a ele que se devem as primeiras escavações de níveis muçulmanos no Castro de Nossa Senhora da Cola, no concelho de Ourique. Sobre estas escavações há vários artigos publicados (VIANA, 1946: 118; 1958: 25; 1959: 8-24; 1960: 144-150; 1961/62: 156-157), onde, pela primeira vez, se apresenta uma planta de estruturas defensivas e de *habitat* de época muçulmana, assim como o conjunto do espólio arqueológico, embora ainda sem atribuições cronológicas muito precisas.

A partir de meados da década de 70, surge uma nova geração de arqueólogos e uma nova dinâmica na investigação de campo e de gabinete, nomeadamente no que diz respeito aos estudos sobre cerâmicas muçulmanas. Os pioneiros desses trabalhos foram, entre outros, Rosselló-Bordoy, Juan Zozaya e André Bazzana, que publicaram vários estudos relacionados com a nomenclatura das formas cerâmicas e com os problemas crono-tipológicos.

Para além de centros oleiros documentados nas fontes escritas, recentes trabalhos arqueológicos têm posto a descoberto alguns fornos de cerâmicas, designadamente em Almeria, Murcia, Dénia, Toledo, Saragoça, etc. Também os colóquios sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, iniciados em 1978 em Valbonne, e continuados com uma periodicidade fixa, merecem especial referência pela sua actualização na discussão do tema. O mesmo acontece com os congressos de *Arqueología Medieval Española* e o esforço de publicação do *Boletín de Arqueología Medieval* pela Associação Espanhola de Arqueologia Medieval e da revista *Arqueologia Medieval* do Campo Arqueológico de Mértola.

Escolhido o nosso país, em 1987, para o IV Congresso de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, verificou-se, no entanto, que foi ainda muito escassa a contribuição portuguesa. Contudo, no 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993) e nos dois colóquios de Tondela (1992 e 1995) notou-se já um crescente interesse e maior participação no debate.

Mas, se as escavações continuam a ser em número reduzido, a publicação dos resultados finais tem sido também muito restrita. Os estudos sobre cerâmica islâmica encontrada em Portugal limitam-se a alguns artigos dispersos, ao trabalho de Rosa Varela Gomes, *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves* (GOMES,

1988) e ao catálogo *Cerâmica Islâmica Portuguesa* (TORRES, 1987), elaborado aquando da exposição que acompanhou o já citado IV Congresso sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, realizado em Lisboa.

Cabe ao *Campo Arqueológico de Mértola*, como se disse, o mérito de iniciar uma série de publicações que divulgam a Arqueologia medieval portuguesa com a edição da revista *Arqueologia Medieval*, da qual já foram, ao momento em que se escreve, editados quatro volumes. Mais recentemente, a dissertação de mestrado elaborada por Santiago Macias (MACIAS, 1996) sintetiza os resultados arqueológicos obtidos para um bairro almóada da alcáçova de Mértola, com particular incidência sobre alguns aspectos do quotidiano alimentar da população que aí habitava.

Para o estado actual da investigação merecem ainda especial atenção os capítulos dedicados aos períodos suevo/visigótico e islâmico nas recentes Histórias de Portugal, publicadas respectivamente sob a direcção de Joel Serrão e Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, da editorial Presença; de José Mattoso, *História de Portugal*, editada pelo Círculo de Leitores, e de João Medina, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, editada pelo Ediclube.

Contudo, podem considerar-se ainda com pouco optimismo os trabalhos que têm vindo a realizar-se: os estudos de Arqueologia medieval, no geral, têm sido desenvolvidos de uma forma pontual; os projectos de investigação que visam especificamente o estudo do período muçulmano são, também, em número reduzido. Confirmando a opinião de André Bazzana, o balanço científico dos últimos dez anos em Portugal não será tão positivo como em Espanha ou Itália, onde o conhecimento das paisagens medievais tem visivelmente progredido (BAZZANA, 1994: 27 e nota 38).

A investigação sobre Numismática árabe portuguesa continua a ser realizada esporadicamente, sobretudo por José Rodrigues Marinho. No entanto, nos recentes congressos celebrados em Santarém, subordinados ao tema *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, um dos temas que tem vindo a ser debatido é o que se relaciona com as cunhagens deste período. Alguns dos contributos do numismata português, por vezes em colaboração com Peixoto Cabral para as análises físicas, incidiram sobre as moedas islâmicas do nosso território (1984: 295-305); as cunhagens califais do período Hisham II (1988: 99-105) ou os *Qirates* do período almorávida (1988: 145-173).

Os actuais estudos de Epigrafia árabe devem-se à necessidade de actualizar o *Corpus* para todo o território da Península Ibérica. Sob a direcção de Rosselló-Bordoy, formou-se uma equipa de que se destaca, em relação a Portugal, o trabalho de Ana Labarta e Carmen Barceló (1987: 395-420), que traça uma panorâmica geral da actual situação, apresentando um mapa de localizações e fichas descritivas,

com a bibliografia correspondente a cada inscrição, e o estudo de Artur Goulard Borges (1989: 98-109) sobre seis lápides funerárias provenientes de Beja e guardadas no museu desta cidade.

Acrescente-se também o excelente inventário de Mário Barroca no estudo sobre *Epigrafia Medieval Portuguesa*, que inclui 67 epígrafes muçulmanas para um período cronológico compreendido entre o século VIII (inscrição do sinete de Palmela) e os séculos XIV e XV. Se, em maior número (total de 29), a data não aparece indicada, a maioria das que a indicam pertence aos séculos XI e XII (contabilizando respectivamente 18 e 9). No caso das inscrições posteriores à Reconquista Cristã, as duas do século XIV correspondem a epitáfios que reflectem a presença de Muçulmanos em Lisboa e em Moura. A maioria pertence a epitáfios e a invocações religiosas seguidas de algumas inscrições comemorativas, nomeadamente da reconstrução de Évora depois do saque de Ordonho II (914-915) e da construção de torres em Moura e em Silves (BARROCA, 1995: 72-74).

No que diz respeito a escavações arqueológicas, podemos salientar o facto de se começar finalmente a ter mais atenção ao espólio de níveis de ocupação muçulmana, identificados em sítios de *habitat* anterior. Neste caso, citam-se os resultados obtidos nas escavações de castros da Idade do Ferro, por exemplo, no Cerro da Rocha Branca (Silves) ou em Mesas do Castelinho (Almodôvar); em várias *villae* do Alentejo e do Algarve; e em cidades com uma longa diacronia de ocupação, como Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal ou Beja, cujos resultados estão, na maior parte dos casos, ainda por publicar.

Entre os projectos que visam, exclusivamente, a ocupação islâmica, o panorama é, ainda, um pouco desolador. Salientam-se os trabalhos do *Campo Arqueológico de Mértola*, os de James Boone em Alcária Longa (Mértola), os de Fernando Correia em Juromenha, os de Rosa Varela Gomes em Silves e os meus próprios no concelho de Alcoutim e em Salir (Loulé).

Na região do Vale do Tejo referem-se, entre outras, as escavações que têm sido efectuadas por Ana Arruda em Santarém, visando, sobretudo, o estudo desta cidade nos períodos da Idade do Ferro e romano; as recentes escavações dirigidas por Cristina Calais Freire em Vila Franca de Xira, assim como os de Clementino Amaro em Lisboa. Na área de influência de Lisboa, convém indicar ainda os trabalhos realizados no Castelo dos Mouros em Sintra, na zona urbana de Cascais e em Palmela.

Outros estudos se encontram, seguramente, em curso. Alguns deles estarão ligados a projectos de valorização de núcleos históricos urbanos ou de restauros de castelos. Acrescentem-se, ainda, as prospecções, mais ou menos sistemáticas, em determinadas regiões do país, no âmbito de estudos de impacte (infelizmente,

quase sempre sem resultarem numa publicação final) e, eventualmente, alguns estudos específicos que visam trabalhos de investigação a decorrer no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento. Neste caso, distinguem-se, mais uma vez, a recente publicação da tese de mestrado de Santiago Macias (1996) e a excelente dissertação de doutoramento de Mário Barroca sobre *Epigrafia Medieval Portuguesa*, abrangendo um período compreendido entre 862 e 1422, onde se inventariam 759 inscrições distribuídas por todo o território, incluindo o espaço abrangido pelo Islão (BARROCA, 1995). Mas o certo é que as poucas referências a escavações de sítios e o respectivo estudo do espólio encontrado em contextos estratigráficos aparecem, normalmente, dispersas em publicações locais, ou incluídas em alguns relatórios de escavações pontuais, sem terem em vista uma análise de conjunto sobre as unidades geográficas do povoamento islâmico.

3. Aproximação ao território em estudo

“O território de um povo já não é um simples dom da natureza, senão uma porção de espaço marcado pela sequência das gerações que, no decurso do tempo, sofreu os embates das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda de dois elementos: Território e Civilização.”

ORLANDO RIBEIRO, 1955: 9

3.1. Colocar as questões

A prática de uma arqueologia sobre o terreno, examinando os vestígios islâmicos de superfície, de há longa data aplicada em Espanha, só muito recentemente começou a dar os primeiros passos em Portugal. No que diz respeito ao povoamento islâmico, tal questão não se tem colocado porquanto faltam os estudos arqueológicos e os poucos que existem se têm centrado fundamentalmente em zonas urbanas relativamente bem documentadas nos textos escritos (Mértola e Silves).

Num território concreto, que compreende grande parte do Algarve Oriental, e desenvolvendo um estudo de arqueologia extensiva ao mundo rural a partir da prospecção de sítios arqueológicos, com maior incidência para os que tiveram ocupação do período muçulmano, este trabalho pretende mostrar a dinâmica do povoamento e do encastelamento islâmico desta região do Algarve. Porém, porque nenhum estudo se pode dar por definitivamente concluído, também este poderá ser apenas o arranque para uma nova investigação, sempre mais abrangente.

Em termos gerais, a Arqueologia islâmica do mundo rural está ainda por fazer.